

# CARGO: CONTADOR

## PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO 001/2018 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

**Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.**

1. Seu Caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 5
Informática Básica	6 a 9
Conhecimentos Gerais	10 a 12
Conhecimentos Específicos	13 a 40

2. A prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
5. Ao deixar o local definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 30min (trinta minutos) para o final da prova.
6. Enquanto estiver realizando a prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitas em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua prova.

-----DESTAQUE AQUI-----

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>

# Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Uma crítica ao consumo

Por Mônica Barbosa

O mercado de luxo é uma grande potência no mundo, faturando 1,4 trilhões de dólares ao redor do globo no ano passado, segundo um estudo recente realizado pela consultoria americana Bain & Company pela fundação italiana Altagamma. Embora a quantia movimente a economia mundial de maneira positiva, algumas pessoas se preocupam com o excesso de consumo e materialismo dos dias atuais, quando uma simples bolsa de grife pode custar alguns milhares de dólares.

Pensando nisso, o artista americano trashbird transformou pedaços de concreto no deserto de Oregon, nos Estados Unidos, em bolsas gigantes usando o design de marcas de luxo como Louis Vitton, Gucci, Dior, Fendi, Chanel, entre outras, na obra intitulada Valley of Secret Values (vale dos valores sagrados, em inglês). “Eu quis provocar uma reflexão sobre a maneira que nós assumimos nossa identidade por meio dos objetos materiais. No entanto, nada do que a gente consome é para sempre ou sequer define quem nós somos”, me contou o artista, que não divulga nome verdadeiro ou idade. A ideia para o projeto, que tem atraído fãs até de outros estados, aconteceu há três anos, quando trashbird se deparou com esse local cheio de edificações abandonadas.

Para dar vida à instalação, foi usada somente tinta, madeira descartada, pneus velhos e cordas. “Todos os dias, passamos por construções condenadas sem perceber que usamos o consumo como uma medida de sucesso, o que faz com que nossa sociedade valorize mais as coisas materiais e o status social do que as nossas conexões uns com os outros”, concluiu.

Disponível em Revista Caras. Edição 1296 – Ano 25 – nº 36 – 07/09/2018.

1. **Trashbird é referido no texto como**

- a) artista.
- b) consultor.
- c) criador.
- d) materialista.

2. **Assinale a alternativa que apresente uma oração coordenada.**

- a) “Todos os dias, passamos por construções condenadas sem perceber que usamos o consumo como uma medida de sucesso”.
- b) “O mercado de luxo é uma grande potência no mundo”.
- c) “Eu quis provocar uma reflexão sobre a maneira que nós assumimos nossa identidade”.
- d) “Embora a quantia movimente a economia mundial de maneira positiva, algumas pessoas se preocupam com o excesso de consumo e materialismo dos dias atuais”.

3. **Assinale a alternativa que apresenta uma locução verbal.**

- a) “Para dar vida à instalação.”
- b) “Foi usada somente tinta.”
- c) “Todos os dias.”
- d) “O que faz com que (...)”

4. **Assinale a alternativa que apresenta um verbo conjugado no Pretérito Perfeito do Indicativo na primeira pessoa do singular.**

- a) “Eu quis provocar uma reflexão.”
- b) “Nós passamos por construções condenadas.”
- c) “Foi usada somente tinta.”
- d) “Nós assumimos nossa identidade.”

5. **Analise: “nada do que a gente consome é para sempre” e assinale o núcleo do sujeito nessa oração.**

- a) Gente.
- b) Consome.
- c) Nada.
- d) Do que.

# Informática Básica

6. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa de representa o comando no programa WORD, CTRL+B. (O sinal de + não faz parte do comando, representa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**

- a) Acessar menu de configuração de página.
- b) Salvar o trabalho aberto e fechar janela.
- c) Acessar menu de impressão.
- d) Salvar o trabalho aberto.

7. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa os comandos no programa EXCEL, ALT+P e CTRL+A. (O sinal de + não faz parte do comando, representa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**

- a) Escolher uma cor de preenchimento e, Ir para a guia Inserir.
- b) Salvar uma pasta de trabalho e, Remover o conteúdo da célula.
- c) Ir para a guia Layout da Página e, Abrir uma pasta de trabalho.
- d) Salvar uma pasta de trabalho e, Ir para a guia Inserir.

8. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa o comando no programa OUTLOOK, CTRL+3 e, CTRL+INSERT. (O sinal de + não faz parte do comando, representa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**

- a) Enviar/Receber e, Criar compromisso.
- b) Alternar para o modo de exibição Contatos e, Copiar.
- c) Criar compromisso e, Enviar/Receber.
- d) Enviar/Receber e, Copiar.

**9. Assinale a alternativa que conceitua o certificado digital.**

- a) O Certificado Digital é a identidade digital da pessoa física e jurídica no meio eletrônico. Ele garante autenticidade, confidencialidade, integridade e não repúdio nas operações que são realizadas por meio dele, atribuindo validade jurídica.
- b) O Certificado Digital somente é possível para a pessoa física. Ele garante autenticidade, confidencialidade, integridade e não repúdio nas operações que são realizadas por meio dele, atribuindo validade jurídica.
- c) O Certificado Digital somente é possível para a pessoa jurídica. Ele garante autenticidade, confidencialidade, integridade e não repúdio nas operações que são realizadas por meio dele, atribuindo validade jurídica.
- d) O Certificado Digital é a identidade digital da pessoa física e jurídica no meio eletrônico. Somente haverá possibilidade de assinar documento com o certificado, utilizando computador público, para assim, garantir autenticidade.

## Conhecimentos Gerais

**10. De acordo com a história do município descrita na página da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, consultada em 02 de setembro de 2018, em 1945, quando foi construído o primeiro barracão que deu origem a um patrimônio, a principal atividade econômica era a agricultura. Essa atividade trouxe várias famílias para a região que se dedicaram ao cultivo de**

- a) café e soja.
- b) milho e feijão.
- c) café e algodão.
- d) arroz e trigo.

**11. Segundo a página do planalto brasileiro, consultada em 02 de setembro de 2018, “símbolos e hinos são manifestações gráficas e musicais, de importante valor histórico, criadas para transmitir o sentimento de união nacional e mostrar a soberania do país”.**

**Dessa forma, os símbolos reforçam o sentimento nacionalista, tão importante para fortalecer a unidade de uma nação. Os símbolos nacionais reconhecidos pela constituição são**

- a) o brasão federativo e a bandeira de cada estado, que representa a unidade nacional.
- b) o hino nacional e o selo nacional.
- c) o hino nacional, a bandeira de cada estado e os hinos das capitais.
- d) o hino, a bandeira, o selo e o brasão nacionais.

**12. O Brasil é um país com proporções continentais e sua extensão territorial é superior a oito milhões de quilômetros quadrados. Sua história contada pela visão do europeu começou em 1500 e, desde então, o Brasil vem construindo suas fronteiras. Nesse processo histórico, comprou territórios, como o Acre por exemplo, e por guerra perdeu a província da Cisplatina, atual Uruguai. Devido à sua gigantesca composição territorial e a diversidade climática existente, o território foi dividido em**

- a) três regiões: sudeste, nordeste e sul.
- b) cinco regiões: nordeste, norte, centro-oeste, sul e sudeste.
- c) duas regiões: sul e norte.

- d) quatro regiões: nordeste, sudeste, sul e norte.

## Conhecimentos Específicos

**13. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que**

- a) a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, salvo as de operações de crédito.
- b) classificam-se como subvenções as doações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- c) são Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- d) a Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.

**14. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, que trata da Responsabilidade Fiscal, é incorreto afirmar que**

- a) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- b) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto na Constituição.
- c) até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c, do inciso I, do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- d) é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, ainda se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

**15. Com relação a Lei de Responsabilidade fiscal, é correto afirmar que**

- a) a Lei estadual ou municipal não poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.
- b) os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- c) é facultado aos Municípios com população inferior a dez mil habitantes optar por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal.
- d) o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de agosto, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

16. Com base na Lei nº 8666/93 que trata a respeito das licitações, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- ( ) Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- ( ) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- ( ) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- ( ) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no Art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- a) F – F – V – V.  
b) V – F – F – F.  
c) V – V – F – F.  
d) F – V – F – F.
17. Assinale a alternativa que não corresponde a caso de inexistência do certame.
- a) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- b) Para a contratação de serviços técnicos enumerados no Art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexistência para serviços de publicidade e divulgação.
- c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
18. De acordo com a Lei nº 8666/93, é incorreto afirmar que
- a) é vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das mencionadas na lei.
- b) as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- c) a tomada de preços é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no Art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no país.
- d) nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
19. A Lei nº 10.520/2002 dispõe a respeito da modalidade de licitação Pregão. Com base nesta lei, é correto afirmar que
- a) consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- b) a definição do objeto poderá ser ampla e genérica para que não limitem a competição.
- c) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 dias úteis.
- d) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

20. Segundo a Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da ME e da EPP, é incorreto afirmar que
- para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 ou no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
  - não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
  - na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, para tanto devendo articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.
  - poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que tenha sócio domiciliado no exterior.
21. A Resolução nº 03/2006 do TCE/PR dispõe a respeito de transferências voluntárias. Com base nesta resolução, assinale a alternativa correta.
- Qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado da administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou de direito privado sem fins lucrativos, que receber transferências voluntárias do Estado e dos Municípios, a qualquer título, inclusive transferência de recursos para execução de programas em parceria, comprovará a aplicação das importâncias recebidas nos fins a que se destinarem.
  - Considera-se convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação, o repasse de recursos correntes ou de capital por entidades da Administração Pública Estadual ou Municipal a outra pessoa jurídica de direito público ou privado da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.
  - O ato de transferência voluntária, realizado mediante convênio ou outro instrumento congênere, não poderá ser alterado mediante proposta das partes.
  - A Certidão Liberatória é o instrumento comprobatório de cumprimento das exigências para a realização de transferências voluntárias estaduais, de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000. Sua apresentação, porém, não é obrigatória para fins de obter recursos do Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere.
22. De acordo com o previsto na Constituição do Estado do Paraná com relação a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
  - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
  - Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
  - O prazo de validade do concurso público será de até 3 anos, prorrogável, uma vez, por igual período.
23. De acordo com a Constituição do Estado, no que diz respeito a tributos e orçamentos, informe verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- Compete ao Estado instituir: taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
  - O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias.
  - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, poderão ser feitas independentemente de prévia dotação orçamentária.
  - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual, direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo, observando políticas sociais que garantirá a dignidade da pessoa humana, inclusive com o pagamento pelo estado, da tarifa do consumo de água e esgoto e de energia elétrica e dos encargos decorrentes para as famílias carentes, na forma da lei.
- V – V – V – V.
  - V – F – V – V.
  - V – F – F – V.
  - V – V – F – V.

- 24. De acordo com o Código de Ética profissional do contador, são deveres do profissional da contabilidade, exceto:**
- exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
  - guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
  - anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
  - comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.
- 25. Com relação ao PPA (Plano Plurianual), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.**
- É o documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.
  - Tem vigência de dois anos.
  - O governo federal deve elaborar e entregar o PPA ao Congresso até o dia 31/08 do primeiro ano de mandato, cabendo ao Congresso, por sua vez, aprová-lo até o final do ano.
  - Inclui uma série de programas temáticos, em que são colocadas as metas (expressas em números) para os próximos anos em diversos temas.
- V – V – V – V.
  - F – V – V – V.
  - V – F – V – V.
  - V – F – F – V.
- 26. Com relação a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), é incorreto afirmar que**
- é elaborada anualmente com o objetivo de apontar as prioridades do governo para o próximo ano.
  - enquanto o plano plurianual pode ser considerado um documento de estratégia, a LDO delimita o que é possível ou não de realizar no ano seguinte.
  - no caso do governo federal, a LDO deve ser enviada até o dia 15 de abril de cada ano. Ela precisa ser aprovada até o dia 17 de julho.
  - encontra-se na LDO a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo.
- 27. Com relação a LOA (Lei Orçamentária Anual), pode-se afirmar que**
- somente a União elabora seu próprio documento orçamentário, submetendo-se assim os demais entes.
  - algumas das disposições da LOA são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano, e ajustes nas cobranças de tributos.
- sempre começa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial, terminando no primeiro ano do mandato seguinte.
  - é dividida por temas, como saúde, educação, e transporte, prevendo também quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados.
- 28. Sobre os bens públicos, é incorreto afirmar que**
- são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
  - o uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.
  - são bens públicos de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
  - são bens públicos os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- 29. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. A Lei Federal nº 4.320/64 dispõe que a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Oportunamente, a referida lei impõe alguns instrumentos que deverão integrar a lei orçamentária:**
- sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
  - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas.
  - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
  - quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
- Apenas I, II e III estão corretas.
  - Apenas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas II, III e IV estão corretas.
  - Todas estão corretas.
- 30. Diariamente a União celebra uma série de operações destinadas à gestão da dívida pública federal. De acordo com a classificação econômica das despesas previstas na Lei Federal nº 4.320/64, como deverão ser classificadas os dispêndios referentes aos juros da dívida?**
- Despesas de Custeio.
  - Transferências Correntes.
  - Inversões Financeiras.
  - Transferências de Capital.

- 31. Sobre o tema das subvenções, assinale a alternativa correta.**
- a) Em se tratando de subvenções sociais, seu valor, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.
- b) Consideram-se, como subvenções sociais as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
- c) A Lei Orçamentária permitirá a concessão de ajuda financeira, a qualquer título, às empresas de fins lucrativos, mesmo quando se tratar de subvenções econômicas cuja concessão tenha sido expressamente autorizada no próprio instrumento.
- d) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções sociais expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.
- 32. Analise as assertivas e assinale alternativa correta. Segundo o previsto na Lei Federal nº 4.320/64, não serão admitidas emendas ao projeto de Lei Orçamentária que visem**
- I. alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.**
- II. conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.**
- III. conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.**
- IV. conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.**
- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- 33. Determinada Secretaria do Município, no curso da execução orçamentária, se deparou com a falta de dotação para cumprimento de uma de suas atividades. Diante disso, solicitou ao executivo crédito, que será de natureza**
- a) complementar.
- b) especial.
- c) extraordinário.
- d) suplementar.
- 34. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária e depende da existência de recursos disponíveis, desde que não comprometido(s)**
- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.**
- II. os provenientes de excesso de arrecadação.**
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.**
- IV. o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.**
- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- 35. No que se refere aos restos a pagar, considera-se despesa não processada**
- a) aquela que não foi empenhada e nem liquidada.
- b) aquela que foi empenhada, mas não foi liquidada.
- c) aquela que foi empenhada e já foi liquidada.
- d) aquela que não foi empenhada, mas já foi liquidada.
- 36. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. O controle da execução orçamentária compreenderá**
- I. a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.**
- II. a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.**
- III. o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.**
- IV. o cumprimento dos critérios qualitativos e quantitativos previstos para cada ação.**
- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- 37. As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo. Os orçamentos destas entidades vincular-se-ão ao orçamento da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, pela inclusão**
- a) como despesa, salvo disposição legal em contrário, de saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.
- b) como subvenção, salvo disposição legal em contrário, de saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas.
- c) como receita, salvo disposição legal em contrário, de saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas.
- d) como receitas e despesas próprias do ente federado.
- 38. Nos termos do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), o limite de gastos com pessoal será dividido entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, inclusive Tribunal de Contas do Município, quando houver. O limite imposto ao Poder Legislativo representa**
- a) 3% da receita corrente líquida.
- b) 4% da receita corrente líquida.
- c) 5% da receita corrente líquida.
- d) 6% da receita corrente líquida.



**39. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende**

- I. os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.**
  - II. os serviços da dívida a pagar.**
  - III. os depósitos.**
  - IV. os débitos de tesouraria.**
- a) Apenas I, II e III estão corretas.
  - b) Apenas I, II e IV estão corretas.
  - c) Apenas II, III e IV estão corretas.
  - d) Todas estão corretas.

**40. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados aos Poderes ou órgãos descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), exceto:**

- a) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- b) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, inclusive a revisão geral anual.
- c) criação de cargo, emprego ou função.
- d) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.